



As Ameaças do Tempo Presente aos Direitos Conquistados: uma morte anunciada

The Threats of the Present Time to the Rights Conquered: a death announced

JANE CRUZ PRATES*



A análise do real e de proposições para o enfrentamento das expressões da questão social, nas suas manifestações de desigualdade para desocultá-las e identificar possibilidades de a elas resistir, exigem que se façam, constantemente, reflexões críticas sobre o contexto econômico, político e social articulando universalidade e particularidade. Pensar na crise brasileira à luz da totalidade é antes de tudo não deslocá-la do contexto internacional de crise do capital, mas é, ao mesmo tempo, fundamental problematizar suas particularidades de modo interconectado aos múltiplos condicionantes que a originam¹.

É necessário iniciar pelo afastamento temporário da então presidente Dilma Rousseff, por ocasião do pedido de *impeachment*, pela Câmara de Deputados e pelo Senado brasileiros, por período de 180 dias, e o acesso ao governo do vice-presidente Michel Temer, associando-se ao PSDB, maior partido de oposição ao governo eleito, que até então o PMDB e Michel Temer compunham e no qual, nos últimos meses que antecederam ao *impeachment*, o vice-presidente ocupou o importante cargo de articulador político do governo. Esses são fatos políticos que precisam ser equacionados como parte do processo de análise da atual crise econômica, que se soma a uma crise política gerando instabilidade acentuada no país.

A partir de então, ainda na condição de presidente interino, Temer retoma o plano, por ele elaborado e intitulado “A Ponte para o Futuro”, cuja divulgação já vinha sendo realizada, mesmo antes do afastamento da Presidente eleita, em federações de indústrias estaduais e junto aos meios empresariais, como mostram registros feitos em diversas redes sociais dessas federações em várias capitais brasileiras. O referido plano é objeto central de análise do presente artigo, porque expressa intenções, já na ocasião, que vão mais tarde se concretizar com a aprovação de várias medidas que redirecionam o projeto político brasileiro para uma linha social similar à que fora apresentada por Fernando Henrique Cardoso no início dos anos 1990. A apresentação do Plano “A Ponte para o Futuro” inicia estabelecendo o objetivo de “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam a pobreza e criem oportunidades para todos” (TEMER, 2015, p.1) e logo a seguir afirma que “em busca desse horizonte, nós nos propomos a buscar a união dos *brasileiros de boa vontade*” (grifo nosso).

* **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>. E-mail: jprates@puers.br.

Na obra **Glosas críticas**, Marx (2010), argumentando acerca do discurso proferido pelo Rei da Prússia quanto às estratégias para enfrentamento da pobreza no país, questiona: “Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos”. E complementa o pensador alemão afirmando:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares (MARX, 2010, p.60).

Ainda na introdução ao Plano, Temer (2015, p. 1) acrescenta, sem qualquer base de dados, que “Todas as iniciativas aqui expostas (no Plano) constituem uma necessidade e quase um consenso no país”. Consenso? Talvez entre os diversos representantes da burguesia, mas não havia qualquer consenso nas representações populares comunitárias, sindicais, nos movimentos sociais. De que tipo de consenso nos falava o então vice-presidente?

Inicialmente, é importante demarcar que para a elaboração de qualquer Plano se espera que os autores partam de diagnósticos explicitados por dados, geralmente consubstanciados em pesquisas, cujas fontes sejam consistentes, para além dos valores e concepções que conformam o marco referencial do plano e que orientam a proposta a ser apresentada, fundamentando a sua direção (GANDIN, 1998). Ao invés de dados mais objetivos, o Plano justifica sua necessidade de implementação porque o país “clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos”(…) (TEMER, 2015, p.2). Se antes o próprio Plano afirma a existência de um consenso, mais adiante o mesmo Plano constata a inviabilidade de consensos, mas, para além de contradições internas, o que se tem observado no movimento real é o aprofundamento de divisões, descontentamentos, expressões de ódio e violência, inclusive no modo como as autoridades que deveriam garantir a segurança dos cidadãos atuam, seja na repressão de manifestações populares ou na condução de sujeitos que devem prestar depoimentos à polícia. Debates sobre abuso de poder, seja com a intenção efetiva de limitar desmandos e autoritarismos ou com a finalidade de reduzir as possibilidades de investigação da Operação Lava Jato, têm sido tema de debates e conflitos entre o Judiciário e o Parlamento, dividindo opiniões. Podemos afirmar tudo sobre a realidade brasileira, menos que temos consensos. Embora a direção política do Plano possa ser claramente identificada a partir de uma análise crítica, ela não é explicitada pelo autor; os fundamentos subjacentes pautados em um outro projeto político, que não aquele eleito pela população, não são assumidos como tal.

Como se não bastasse a ausência de fundamentos e referências mais consistentes, para justificar uma análise da realidade a partir da qual se orientem as proposições apresentadas, tem-se ainda um conjunto de elementos que reafirmam o caráter contraditório e oportunista da proposta, o que se pretende explicitar através da análise documental e de conteúdo, tomando por base o *corpus* do documento, mas também o contexto no qual ele é produzido, portanto, contemplando os aspectos instrumentais e representacionais do processo de análise (BARDIN, 2009), além das inferências que se pautam nas orientações ético-políticas de quem as analisa, reconhecendo a inexistência de neutralidade em avaliações, ações ou proposições.

Dadas as condições de interinidade do presidente, na ocasião em que o Plano foi inicialmente apresentado, e os limites de um Plano que, por coerência, deveria ser de curto prazo, uma vez que a suspensão inicial do mandato da Presidenta Dilma havia sido estipulado em 180 dias, a expectativa era de que algumas prioridades fossem elencadas com base em dados objetivos, muito bem justificados, para enfrentar as situações mais graves do país, porém sem que alterações mais profundas em aspectos estruturais fossem propostas, pelo menos até que os resultados do processo de *impeachment* se definissem.

E conveniente demarcar que a ilegitimidade do governo, na ocasião interino, para tomar medidas que alterassem de modo mais contundente o projeto político implementado pelo governo eleito pela população, não se devia unicamente à sua interinidade, que, por si só, já exigiria cautela de sua parte, mas especialmente pelo fato de o vice-presidente ter estabelecido aliança para dar materialidade ao governo interino exatamente com os partidos e políticos que fizeram oposição ao governo eleito e tiveram seu projeto derrotado nas urnas nas últimas eleições. Importante lembrar que o PMDB, partido ao qual se vincula o presidente Temer, sempre manteve postura contraditória na composição da aliança que foi vitoriosa nas últimas eleições e foi dando sinais de afastamento nos momentos em que o governo enfrentava maiores dificuldades. Em alguns Estados, como no caso do RS, desde o início do governo, houve clara oposição ao Governo Federal, o que no mínimo pode ser considerada uma postura incoerente, uma vez que ocupava a vice-presidência do país, além de Ministérios e outros postos-chave de governo.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que nenhum movimento ou proposta de alteração mais radical no projeto de governo foi apresentada por esse Partido ou sequer veiculada na mídia brasileira, que não se furtaria em difundi-la amplamente, a não ser quando reconheceram a viabilidade de que o processo de *impeachment* se materializasse, como se a crise financeira e o descontentamento popular tivessem se estabelecido de forma repentina ou como se esses personagens até então não fizessem parte da cena política brasileira, em condições privilegiadas no Governo eleito, uma vez que o PMDB detinha número substancial de cargos em todos os setores estratégicos. As responsabilidades, portanto, sejam de erros ou acertos, foram, sem dúvida, coletivas, contudo almejou sempre o Partido dissidente responsabilizar apenas o Partido dos Trabalhadores pelos erros, corroborando para a criação de um sentimento de antipetismo nada salutar ao ambiente democrático brasileiro e que teve seguramente influência fundamental nas eleições para prefeitos e vereadores que logo se procederam, com enorme vantagem dos partidos de direita e altos índices de abstenção.

É importante que esse processo, no entanto, seja analisado de modo articulado ao contexto internacional, que vem expressando as refrações de uma crise econômica de grande vulto e cujos impactos mais significativos rebatem na produção, no consumo e no emprego, enquanto o capital fictício continua evidenciando sua supremacia no processo de acumulação sobre todas as demais instâncias. Porém, no emprego isso fica mais claro, com inúmeras demissões, fruto de processos de reestruturação, enquanto o setor financeiro continua a manter seus privilégios. (MARQUES; NAKATANI, 2009). Isso tem significado importantes perdas em termos de proteção social para a classe trabalhadora, e ampliação da insatisfação de grande contingente populacional no Brasil e no mundo, pois a proteção social, desde a crise de 2008, passa a ser objeto de questionamento, propostas de reformas ou cortes orçamentários para sua manutenção nos mais diversos países. Mas é essencial ressaltar que o aumento deste endividamento em 2008 se deu em razão do auxílio concedido pelos estados aos setores privados, com a inscrição dessas dívidas em seus passivos naquele período, o que foi acentuado pela desaceleração econômica internacional. (MARQUES; MENDES, 2013). De modo perverso, num contexto em que os sujeitos necessitam de mais proteção social para enfrentar as refrações da crise, garantindo o atendimento de suas necessidades, essa estrutura é reduzida, sob o discurso de que esses cortes compõem medidas que visam, conforme argumentam alguns governos, o Banco Central europeu e o FMI, recuperar a capacidade dos estados endividados (PRATES, 2015).

No Brasil a utilização de medidas anticíclicas ou neodesenvolvimentistas, de algum modo, protelaram os impactos mais significativos da crise que se fez sentir de maneira mais substantiva a partir de 2013, mas há que se considerar o somatório de condicionantes econômicos associados a um contexto político que, sem dúvida, potencializou a crise. Nas últimas eleições brasileiras tivemos uma vitória por pequeno índice de vantagem do Governo Dilma e a eleição de um Congresso extremamente conservador, contexto seguido de uma sequência de denúncias e manifestações que mantiveram o governo sempre sob forte tensão, acrescida de uma mobilização por parte da mídia nacional fortemente concentrada nas mãos de pequenos grupos privados e decidida a desestabilizar o governo eleito. Por um lado, as reações nacionais híbridas que surgiram de modo mais marcante à época expressavam de forma justa a indignação popular contra a corrupção que se explicitava de forma mais evidente, não porque fosse nova, afinal o Brasil sofre

espoliações desde os tempos da colônia. Contudo, isso começa a vir à tona associado a uma maior sensação de impunidade. São justas e pertinentes as manifestações contra a corrupção, pela democratização dos recursos públicos, pela disputa de maior volume de recursos para políticas públicas, a luta por melhores condições de emprego e salário, bandeiras históricas de movimentos sociais e sindicais, mas estes novos movimentos também abrigavam no seu interior fortes marcas conservadoras e demandavam explicitamente por retrocessos tais como o retorno à ditadura, o armamento da população, a redução da maioria penal, a rejeição a organizações partidárias, sindicais, movimentos sociais, o repúdio indiscriminado a programas sociais, a discriminação de nordestinos, da população negra, de homossexuais, e um apelo a um falso nacionalismo (PRATES, 2015)

Esse movimento assustador de crescimento do conservadorismo e de reações contra a livre manifestação da diversidade, especialmente de reconhecimento do direito ao acesso aos mais pobres a bens socialmente produzidos, em que pese ainda serem tão restritos no país, tem gerado fortes reações de uma burguesia conservadora que não admite perder seus privilégios e seu *status* em declínio, cujas fronteiras se veem ameaçadas pela sutil, mas importante, mobilidade dos pobres. Isso se verifica no aumento dos índices de violência e intolerância de toda ordem, não só no Brasil, mas de modo crescente na América Latina e na Europa ou mesmo em ataques absurdos que ganham destaque junto às mídias internacionais, contra alguns segmentos como: LGBTs, nos EUA; populações indígenas, no Brasil; ou no tratamento desumano e brutal que grandes deslocamentos de populações refugiadas têm vivenciado em países europeus. São alarmantes o ressurgimento de movimentos neonazistas, homofóbicos, de grupos de extermínio, de atitudes fascistas que se escondem sob frágeis justificativas de manutenção da ordem, o desrespeito à privacidade, a criminalização de movimentos sociais, entre tantas outras formas de violência, intolerância e retrocesso conservador que ameaçam as conquistas em termos de direitos humanos até então obtidas, e que, embora ainda parcas, são de extrema relevância, mas encontram-se sob forte ameaça.

Diante da gravidade do contexto exposto, a temeridade de o país adotar um Plano que, embora intitulado “A Ponte para o Futuro”, na verdade, reedita um passado inconcluso é extremamente preocupante. Chama a atenção o fato de em nenhum momento o Plano conter qualquer menção aos espaços de participação popular, previstos constitucionalmente na gestão conjunta governo-sociedade, nas políticas que conformam a seguridade social, via fóruns, conselhos e conferências, como se esses importantes avanços conquistados pela democracia não existissem, e mais, atribuir a uma comissão de “notáveis” a decisão sobre a continuidade ou interrupção de projetos sociais nacionais. Na verdade, segue o exemplo do que ocorreu no Governo FHC, de mesmo tipo, quando o então presidente criou o “Comunidade Solidária” e, desrespeitando o instituído pela Constituição Federal de 1988, se sobrepôs às instâncias democráticas de decisão popular, protelando a materialização da Política de Assistência Social como Política de Direito. No processo decisório democrático, como bem destaca Lapassade (1984), a importância da relação com a base por parte dos representantes é fundamental, exatamente para o exercício da pressão, para que o interesse da maioria da população seja resguardado e para a garantia da legitimidade.

A PEC 241 (Câmara) e posteriormente 55 (Senado) vem nessa direção selar o processo de desmonte, ao congelar os investimentos por 20 anos, sem qualquer consulta às bases populares, apenas a partir de votações na Câmara e no Senado, que não contam com a confiança do conjunto da população, o que tem sido frequentemente expresso em manifestações públicas, abaixo-assinados e no crescente índice de desaprovação do governo e dos parlamentares pela população.

O chamado novo regime fiscal, instituído pela PEC 55, pauta-se numa concepção de que o enfrentamento da crise fiscal passa necessariamente pelo corte de gastos sociais e consequentemente pela restrição de direitos, desconsiderando o questionamento da dívida pública e de seu sistema de juros que são efetivamente a razão maior do comprometimento do orçamento da país. A partir desses pressupostos, a PEC altera os artigos 212 da CF que estabeleciam a vinculação orçamentária de pelo menos 25% das receitas de impostos para a educação, e no caso da saúde destitui a Emenda Constitucional 86/2015, que

previa a vinculação progressiva de 13,2% da Receita Corrente Líquida, em 2016, chegando a 15% em 2020, exatamente nas duas áreas estruturantes de maior impacto na vida da população e consideradas por ela como prioritárias. Mas, não só o financiamento da Saúde e da Educação estão ameaçados por essa medida que constitui o maior ajuste fiscal realizado num estado nacional nos últimos anos, mas impacta negativamente no conjunto dos serviços, na medida em que não será possível efetivar a contratação de pessoal fundamental para viabilizar o atendimento direto à população na rede pública em qualquer área. Além de escolas, universidades e serviços de saúde, serviços de assistência social, segurança, habitação, entre outros, sofrerão o impacto deste congelamento absurdo, prejudicando especialmente a população mais pobre que depende da oferta de serviços pelo Estado. Ao prever que durante os próximos 20 anos o orçamento seja reajustado apenas pela variação do índice inflacionário sobre o orçado em 2016, a PEC 55 restringe a ampliação de investimentos nas políticas públicas, mesmo havendo crescimento do PIB no período.

Os aspectos antidemocráticos e a perspectiva de redução do estado social já são claramente explicitados no Plano, evidenciando o seu caráter e o projeto político ao qual se filia, direcionado ao fortalecimento mais contundente das políticas de recorte neoliberal que têm na minimização do estado social, flexibilização de direitos e privatização dos setores mais estratégicos suas pedras angulares e ainda não hesitam em estabelecer relações internacionais subalternizadas, desde que beneficiem aos grupos que detêm o poder, cujos capitais precisam ampliar sua mobilidade internacional de modo mais livre e, nesse sentido, negam a importância, por exemplo, do Mercosul e das anteriores articulações Latino-Americanas realizadas pelo Brasil que ultrapassam articulações meramente econômicas, embora as incluam.

Nessa mesma direção, o Plano já apontava a proposta aviltante de desindexar recursos orçamentários para a garantia de direitos a políticas estruturantes como Educação e Saúde, cujas condições já são precárias no país e que requerem prioridade e investimentos e não reduções, com a nítida intenção de beneficiar os interesses privados de grupos nacionais e multinacionais que identificam nessas políticas grandes nichos para obtenção de novas e vultuosas fontes de lucro, sob o argumento de criar as condições para pagar as despesas da dívida, mesmo que ironicamente afirmem, como o fizeram nas linhas introdutórias do Plano, que têm por objetivo enfrentar a pobreza a partir de consensos. A PEC 241/55 veio para materializar o planejado.

Esses grupos multinacionais já vêm realizando movimentos vultuosos de capital e ocupando áreas estratégicas como a Educação, seguindo as orientações do Banco Mundial, menos agressivas em outros momentos, mas que hoje, de modo mais contundente e aberto, defendem a privatização, a proliferação de instituições privadas de ensino superior desobrigadas da prática da pesquisa; a aquisição de conhecimentos tecnológicos dos países desenvolvidos; os cursos de curta duração; o professor sem vínculo orgânico mais flexível e a educação a distância, que cresce assustadoramente no país, acentuando processos de internacionalização de cunho predominantemente mercantil que não se restringem à oferta de ensino privado em universidades e escolas, mas também produzem material pedagógico, a exemplo da fusão entre a Kroton e Anhanguera, que movimentou 14,1 bilhões, comportando 800 IES de Ensino Superior e 810 escolas de Educação Básica no Brasil (ROUSSELET; FARIA, 2013)

Mas um outro elemento importante precisa ser destacado, que é mencionado por mais de uma vez no documento, desde o seu início, dada a sua relevância estratégica: a necessidade de que “o político se sobreponha sobre o legal”.

Pode parecer surpreendente, a um primeiro olhar, que exatamente num contexto de crise política, de descrédito da população ao conjunto da classe política, aspectos mencionados como dados de realidade no próprio Plano, de situação de interinidade do governo, na ocasião, de envolvimento de diversos sujeitos que compõem o governo e seus apoiadores na Câmara e no Senado em fortes suspeitas de corrupção, o que mais adiante foi agravado pela queda de seis Ministros do novo governo, em apenas seis meses de mandato, por suspeitas de fraudes de ordens diversas, justamente a sobreposição das decisões políticas, que precisam ser necessariamente sustentadas por legitimidade e por partidos fortes, seja assim enaltecida ao ponto de se sobrepor ao que legalmente foi instituído ou garantido como direito, fruto de ampla luta

da população. Aqui, o Plano já explicitava sua intenção de alterar a Constituição, de fazer o que fosse preciso para dar materialidade ao rumo político desejado, mesmo contrariando as urnas.

Na verdade, essas expressões contêm a base ideológica que estrutura o Plano; a retomada radical de um projeto político inconcluso que precisava ser levado a cabo e que não ocultava mais seu interesse em favor do mercado e de uma classe burguesa privilegiada, que não admitia mais ver seus interesses atendidos a conta-gotas, por um governo engessado, decide, portanto, governar diretamente a qualquer custo para atender a seus interesses de modo mais objetivo e lucrativo, rompendo com tudo o que se interponha e possa retardar o alcance desse objetivo, onde se inclui, evidentemente, o desmonte dos limites legais.

Algumas passagens do Plano são a contraprova do que se afirma: numa delas encontra-se a afirmação de que “o Estado precisa ser funcional e para tanto ele deve distribuir os incentivos corretos à iniciativa privada e administrar os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (TEMER, 2015, p. 4), como se a desigualdade fosse algo natural e necessário ao desenvolvimento e, portanto, algo que precisa ser administrado pelo Estado; e mais adiante, em outra passagem, afirma a necessidade de

desenvolver uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada por meio da transferência de ativos que se fizerem necessários, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno ao regime de concessões na área do petróleo (...) (TEMER, 2015, p.18).

Não tardou muito, a entrega do pré-sal, prevista nas entrelinhas do Plano, foi materializada antes que o governo completasse meio ano.

Dando prosseguimento à explicitação de contraprovas, o Plano afirma ainda a necessidade de que seja permitido às convenções coletivas na área trabalhista, prevalecerem sobre as normas legais (TEMER, 2015). O que significa a possibilidade de que as condições de trabalho, já precárias, em tempos de desemprego estrutural, sejam ainda mais flexibilizadas, porque as condições garantidas por lei de indexações salariais, legislação trabalhista, avanços conquistados pelas categorias de trabalhadores poderão ser revistas no processo de negociação, seguramente com prejuízos para a classe trabalhadora que necessita vender sua força de trabalho para subsistir. Este processo anunciado no Plano recentemente começa a tomar forma com a chamada minirreforma proposta pelo governo, que busca implementar, através de Medida Provisória, o “negociado sobre o legislado”. Seguramente, essa iniciativa não impactará em ampliação do emprego como propaga o governo, ao contrário, a flexibilização pode gerar mais demissões, além de fragilizar categorias cujos sindicatos têm pouco poder de barganha. A flexibilização da jornada de trabalho, outro aspecto abordado pela MP, embora mantenha as 44h semanais, prevê a possibilidade de acréscimo de mais 4 horas extras, o que totaliza 48h, além de admitir uma carga diária de até 12h, desde que no restante da semana não seja ultrapassado o limite legal. Além dos riscos de ocasionar excesso de jornada, há também o risco de que essas horas extras sejam pagas via banco de horas.

Mas, para além do conteúdo explícito e latente que já se podia desocultar nas linhas do Plano “A Ponte para o Futuro”, que imagina-se já estejam suficientemente claras, a partir das mediações até aqui realizadas, outras ações governamentais corroboram essa análise, tais como as já mencionadas iniciativas de “austeridade” adotadas pelo governo interino, estabelecendo limites de endividamento público para os próximos 20 anos com o intuito de garantir aos credores o pagamento da dívida externa, a começar pelo próximo governo, o que inviabiliza ou pelo menos dificulta a possibilidade de se debater o direcionamento do fundo público, segundo outra perspectiva econômica e social, legitimada por um novo processo eleitoral e iniciativas diametralmente opostas a uma atitude de austeridade, como a liberação de aumentos salariais vultuosos para o poder judiciário.

Essa dualidade mostra que a austeridade do governo é flexibilizada sempre que o processo beneficie seus interesses de classe. A liberação para que os processos de privatização de empresas aéreas

possam ter 100% de capital estrangeiro no Brasil, para além dos 49% anteriores que garantiam o controle majoritário a empresas nacionais, amplamente divulgado e saudado pela mídia brasileira, mostra os rumos que vem tomando forma a passos largos no país, que lembram naturalmente, reitera-se, o início da década de 1990.

Para alguns, menos radicais, chamá-los de golpistas é uma distorção ou um exagero conceitual ou semântico, mas o conjunto de elementos da realidade concreta, entre os quais a dubiedade de suas posturas, os limites visivelmente impostos ao processo democrático, as propostas que alteram radicalmente o projeto eleito pela população, sem qualquer preocupação com o resguardo de questões éticas e com a necessária legitimidade que, mesmo numa democracia limitada, é preciso garantir, sob pena de pôr em risco as instituições que conformam o Estado de Direito, dão base para reafirmar a tese de que se trata sim de um golpe, embora sem armas, ou para quem preferir expressões mais suaves, uma manipulação oportunista que reprime de outros modos, mais velados, mas não com menos força, que rouba os avanços conquistados de forma sorrateira e limita o acesso aos direitos sociais fundamentais ao conjunto da população, gerando prejuízos sociais incalculáveis.

Resta por fim lembrar as palavras de Marx que, na obra **A guerra civil na França**, mais especificamente referindo-se à experiência da Comuna de Paris, afirma que o capitalismo durante os períodos de crise mostra toda a sua selvageria, tira a sua máscara. Diz o autor:

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor, onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza (MARX, 2011, p.107).

Diante de um contexto tão adverso de recrudescimento das expressões da questão social, a pesquisa é absolutamente necessária, assim como o exercício do pensamento crítico a partir da problematização da realidade concreta.

Nessa direção, a Revista Textos & Contextos (Porto Alegre) lança seu volume 15 apresentando 15 novos artigos oriundos de pesquisadores de diversos estados brasileiros, localizados em diferentes regiões do país e de pesquisadores de países parceiros – Cuba e Uruguai. Os artigos se dividem em resultados de pesquisas de grupos de investigação e de teses de doutorado, análises do contexto, de processos sociais, de políticas sociais e reflexões teóricas que auxiliam nos processos de desvendamento da realidade concreta relacionados, em sua maioria, ao trabalho do assistente social.

Compondo o **primeiro eixo – Serviço Social e Teoria Marxista** e abrindo a Revista apresenta-se o artigo intitulado – **Ainda sobre os 80 anos do serviço Social**, cuja versão é também disponibilizada em língua inglesa. O artigo avalia a profissão à luz de um processo de ruptura da institucionalidade democrática no país, a partir do avanço de forças conservadoras e reacionárias, destacando os impactos desse processo para a classe trabalhadora. Dando prosseguimento, no mesmo eixo inicial apresenta-se artigo oriundo de pesquisadora cubana que aborda a **Aproximación marxista a la relación conocimiento-valor en la economía capitalista contemporánea**. O artigo problematiza o trato do conhecimento como mercadoria e a subsunção de seu valor de uso ao valor de troca, desvirtuando seu potencial emancipador. Fechando esse eixo apresenta-se o artigo **Teoria social e compreensão da realidade social para uma práxis revolucionária**, que aporta um debate sobre o contexto de emergência da teoria marxiana na sociedade moderna e os reducionismos de sua apropriação nas Ciências Sociais, em razão da segmentação de análises inspiradas no positivismo.

O **segundo eixo – Desemprego e Transferência de Renda e Educação Profissional** – é composto por 3 artigos, sendo que o primeiro versa sobre **O conceito de desemprego e sua mediação no século XX** que, a partir do entendimento de que o desemprego é uma categoria construída ao longo da história do capitalismo, apresenta reflexões sobre a evolução do conceito de desemprego, com base em referências

de organismos diversos e busca evidenciar o risco de se reduzir esse fenômeno complexo a uma medida estatística. Dando prosseguimento, o segundo artigo, intitulado **Renda Mínima de Inserção no Contexto Europeu: a política europeia de inclusão ativa**, fruto de pesquisa de doutoramento, realiza um mapeamento dos Programas de Transferência de renda praticados na União Europeia buscando evidenciar suas particularidades, destacando dimensões como critérios, elegibilidade e condicionalidades, além das contradições entre Estado, mercado e sociedade. O terceiro artigo que constitui esse eixo, elaborado por pesquisadora uruguaia, chamado **Trazos e influências de los programas de transferencia de renda condicionada** aborda os Programas de Transferência de Renda na América Latina e no Caribe, resultado de pesquisa integrada entre vários Programas de Pós-Graduação brasileiros, uruguaio e argentino.

Na sequência, **o terceiro eixo – Territorialidade e Construção do Espaço** – é composto por dois artigos, inicia-se pelo artigo intitulado **A produção social do espaço/tempo e os vazios urbanos: o caso do assentamento 20 de novembro em Porto Alegre** que enfatiza o tensionamento por parte de associações de moradores e o protagonismo popular, questionando os processos de segregação socioespacial nos grandes centros urbanos, evidenciando suas ações contra-hegemônicas explicitadas a partir do estudo de um caso em particular. Complementando este eixo, apresenta-se o artigo **Universalidade e Territorialização no SUS** que problematiza os limites impostos pela noção rígida de território a Programas como Saúde da Família, a partir da análise de experiência no meio rural.

O quarto eixo – Trabalho, Formação Profissional e Políticas Sociais articula cinco artigos, iniciando pela produção intitulada **Itinerários do cuidar em doenças falciformes e suas repercussões na vida de mulheres**. O artigo versa sobre as repercussões, em termos de sobrecarga de trabalho físico e mental, na vida de mulheres, que trabalham como cuidadoras informais, responsáveis pelo tratamento doméstico de crianças com doenças falciformes. Dando prosseguimento, o artigo intitulado **Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do familismo nas políticas sociais brasileiras** problematiza as noções de cuidado e de articulação e conciliação entre família e trabalho, com destaque para as políticas de apoio aos trabalhadores com responsabilidades familiares. Logo a seguir, apresenta-se o artigo **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – democratização ou precarização da educação profissional?** que analisa criticamente a política de educação profissional no Brasil a partir da experiência do PRONATEC; o próximo artigo apresenta **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: os desafios para o Serviço Social**, enfatizando as contradições dessa Política que busca propiciar condições de permanência aos discentes e democratizar o acesso; e finalizando esse eixo apresenta-se o artigo **Política Sobre Drogas no Estado do Espírito Santo: consolidando retrocessos** que apresenta dados acerca de instituições de tratamento, prevenção, redução de danos, ensino e pesquisa na área da drogadição no Estado.

O quinto e último eixo – Proteção Social Especial e Atendimento Socioeducativo traz apenas dois artigos, o primeiro intitulado **Ato infracional e privação de liberdade: a permanência da cultura da institucionalização para adolescentes pobres no Brasil** analisa e problematiza dados crescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, relativos ao número de adolescentes internados em instituições fechadas para cumprimento de medidas. E fechando o quinto eixo e este número da Revista, apresenta-se o artigo **A efetividade da gestão social e a prática do assistente social na Proteção Social Especial de Média Complexidade**, cujo centro de análise é o Serviço de Proteção a Famílias e Indivíduos (PAEFI) a partir de revisão teórica articulada, a observação empírica e a experiência desenvolvida junto a um PAEFI de Jaraguá do Sul – SC.

Esperamos que as diversas reflexões aqui aportadas contribuam para ampliar conhecimentos sobre os temas problematizados, instiguem novas pesquisas e gerem novos questionamentos dando curso ao movimento de superação.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura e um Feliz Ano Novo!

A Editora
Porto Alegre, verão de 2016.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1998.
- LAPASSADE, George. **Grupos, organizaciones e instituciones**: la transformación de la burocracia. Barcelona/Espanha: Gedisa Editorial, 1984.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Aquilas. A proteção social no capitalismo contemporâneo em crise. **Revista Argumentum**, Vitória/UFES, v. 5, n.1, 2013.
- MARQUES, Rosa; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PRATES, J. C. Desafios à formação e ao trabalho profissional num contexto de crise. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, Porto Alegre: EdiPUCRS, v. 14, n.1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.21388>.
- ROUSSELET, Raquel; FARIA, Glauco. **Educação sob o domínio do capital estrangeiro 2013**. Disponível em: <https://outropolitica.wordpress.com/2013/10>. Acesso em: maio 2015.
- TEMER, Michel. **Plano a ponte para o futuro**. 2015. Disponível em: http://PMDB.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: maio de 2016.

¹ Sobre este tema ver Marques e Mendes (2013), artigo que mostra em diversos países da Europa cortes em benefícios e serviços direcionados à população como parte da redução dos investimentos em proteção social.